

CONSCIÊNCIA SOCIAL CRISTÃ E MISSÃO ECLESIAL COMUNITÁRIA (*)

Leopoldo Adami, S.J.

São Leopoldo

O autor desenvolve sua reflexão, a partir do processo global de complexização estrutural da sociedade e de concentração de poder econômico e político em conflito crescente com a hegemonia pessoal do homem. Engendrados por esse processo, as "super-hegemonias" das estruturas tendem a absolutizar-se em sistemas totalizantes e totalitários, como polos de auto-determinação substitutivos e opressivos do homem. A consciência cristã alicerçada na concepção da radical hegemonia e primazia do homem, como "princípio, sujeito e fim de todas as instituições", defronta-se com esse processo, como apelo e desafio à sua missão. Mormente na América Latina, continente da mais ampla afirmação do cristianismo, pela fé professada e da mais generalizada negação do mesmo, pela falta de justiça de suas estruturas e instituições.

A violência estrutural contra o homem redundando em violência à consciência cristã. Essa articula-se no exercício de sua missão em duas linhas convergentes de reflexão e de ação: na re-inteligência da fé numa dimensão libertadora, na redescoberta e re-implantação da Igreja em modelo de comunidade. À consciência cristã impõem-se, entretanto, um processo de paciente e doloroso discernimento. Na fidelidade a si mesma e na unidade. Sem esmorecer todavia em sua árdua missão de reconstituir a Igreja em comunidades vivas de fé e de culto, mas também de justiça e de fraternidade, nas quais o homem, a pessoa, volte a reconquistar seu lugar e condição de princípio, sujeito e fim de uma sociedade humana, segundo o desígnio de Deus.

(*) O Trabalho resume duas conferências dadas pelo autor num encontro de sacerdotes e religiosos, em Florianópolis.

Um dos processos sociais mais perturbadores do nosso tempo é a redução do homem comum, do homem-povo e de todo o povo, não associado ou apoiado em poderosas organizações que lhe proporcionem presença, lugar e expressão na sociedade, a objeto, função e instrumento dos sistemas hegemônicos da sociedade moderna, um ser marginalizado, sem voz e sem vez, que praticamente não conta, como se não existisse.

A uma consciência cristã, que se interpela sobre o "aqui e agora" de sua missão apostólica e eclesial, essa realidade, inaceitável e intolerável do ponto de vista da fé, não pode deixar de ser apelo a um discernimento árduo e laborioso. A um discernimento que represente uma condição preliminar de racionalidade, via de inteligência da própria fé, meio de qualquer opção válida e práxis eficaz na missão de servir ao homem, de libertá-lo e salvá-lo.

Socialização e hegemonia totalitárias

Identificar a facies externa e superficial da sociedade e até da civilização contemporâneas, como fruto em grande parte da explosão demográfica e da revolução industrial, já se tornou uma espécie de lugar comum. E isto aparenta ser um fato quase evidente e de imediata percepção. O que não parece ser tão fácil de apreender e de identificar, entretanto, é que processos, que dinâmismos estão engendrando no seio da sociedade contemporânea a revolução industrial e a explosão demográfica e quais suas repercussões sobre o homem.

Geralmente aponta-se o surgimento das duas hegemonias, dos dois sistemas sócio-econômico-políticos que ora predominam no mundo, o capitalismo moderno e o socialismo marxista, como os fatos mais relevantes e decisivos de um processo global; identificando em um e outro a busca de solução dos conflitos sociais, de uma parte, pela socialização reformista do capitalismo, doutra, pela coletivização revolucionária do comunismo. Mas a análise da intensa conflictualidade social e congênita opressão radical, que subsiste em ambos os sistemas, parece estar ainda longe de alcançar uma racionalidade convincente e satisfatória.

Pode-se, entretanto, hipotizar que a raiz dessa dinâmica deveria residir no processo indiciado pela "Mater et Magistra" e re-evocado pelo Concílio, isto é, no processo de "socialização" (1). Pois é certo que a revolução industrial e a explosão demográfica, induzem conjuntamente um processo múltiplo de concentração de poder e reduplicativo de polarização de dependências. Concentra-

(1) Mater et Magistra (MM.), nº 56,ss.; Const. Past. Gaudium et Spes (GS.), nºs 276, 216, 330, 406.

ção de poder e polarização de dependências que são precedidas e preparadas por outras convergências, numa constante de hegemonias e de subordinações progressivas. Convergência dos meios de produção para as esferas dotadas de intensa capitalização, de avançada tecnologia e de capacidade organizacional. Convergência da população para as áreas dotadas de infra-estrutura, de emprego e rendimento, de possibilidades de sobrevivência e promoção. Os dois movimentos convergindo geralmente para os mesmos pontos, criam, a nível regional, as imensas áreas metropolitanas modernas e, a nível nacional e internacional, o que se convencionou denominar de "centro" da vida social, econômica e política. "Centro" e "metrópole" tendem, por sua própria força e dinamismos internos, a enfeudar e dominar "os satélites", a "periferia" (2).

A convergência das populações multiplica as exigências de racionalização e de organização da convivência social. E a convergência dos meios de produção, reduplica as exigências de racionalização e de organização dos intercâmbios produtivos e comerciais.

Essa dupla ordem de exigências, por sua vez, engendra, de uma parte, a proliferação dos "corpos intermediários" (3) e a associação dos mesmos em poderosas concentrações de poder econômico e, doutra, a proliferação dos "organismos governamentais" e, em consequência, uma enorme concentração de poder civil.

A concentração do poder econômico multiplica-se nos "corpos intermediários", hegemoniza-se na multi-empresa ("trust" ou "multinacional") e assume uma super-hegemonia totalitária no sistema que determina. A concentração do poder civil reduplica-se nos "organismos governamentais", hegemoniza-se no Estado, e super-hegemoniza-se no Estado totalitário, como sistema global.

Ambas as concentrações de poder, a econômica e a civil, tendem a anular o poder de decisão pessoal, a instalar a "tecnoestrutura" (4), a reger-se por suas próprias leis, a tornarem-se fins em si mesmas, a conjugarem seus objetivos, a se aliarem e a se identificarem na consecução dos mesmos.

Todo esse processo traduz-se numa progressão de hegemonias e de dependências de intensa conflictualidade e de extrema gravidade para o homem. Pois nele, já não é esse ou aquele aspecto particular da existência humana que é posto em causa. Em causa está o próprio ser humano, o próprio homem, como pessoa, sua identidade, sua liberdade.

(2) Cfr. Frank, A. G., "Capitalismo y subdesarrollo en America Latina", Siglo Veintiuno ed., Buenos Aires, pp. 26,ss. e 326.

(3) MM., nº 62

(4) Galbraith, J. K., "O Novo Estado Industrial", Civ. Bras. ed., 2ª ed., Rio s/d. pp. 69ss.

Nele, o pólo de gravitação da existência humana se desloca sempre mais do núcleo de autodeterminação e de domínio da pessoa, para os dois novos centros ou "super-hegemonias" de autodeterminação e de domínio, ou em ambos conjugados. E esses ou esse não só tendem a insubordinar-se e a independentizar-se da pessoa humana e da sociedade, das quais emanam e cujo serviço lhes é a razão de ser, mas, em erigir-se em instâncias autônomas e supremas, hegemonizando, condicionando e determinando toda a existência e o próprio ser do homem.

Delinea-se, destarte, um novo tipo de sociedade e de civilização. Pois se no passado o processo de socialização, induzindo principalmente relações de tipo pessoal e espiritual, foi matriz de novas sociedades e de novas civilizações humanistas e libertadoras do homem, não são poucos os indícios de que o mesmo processo, induzindo prevalentemente intercâmbios impessoais e materiais, engendra no presente um novo tipo de sociedade e de civilização negadora e opressora do homem: a sociedade e civilização ou incivilização da dependência e servidão às "super-hegemonias" do totalitarismo econômico e ou do Estado e de seus respectivos sistemas.

Dependência e servidão que se prospectam para o futuro sempre mais radicais e inexoráveis à medida em que a concentração do poder econômico e do Estado se projeta de uma parte, como sempre mais necessária e, doutra, como sempre mais impositiva e coercitiva da liberdade do homem.

Estaríamos realmente fadados, como prenuncia o historiador A. Toynbee, a uma existência e convivência humanas, só passíveis de se realizarem na mais completa servidão a sistemas totalitários, sempre mais universais e opressivos? (5). Ou, em outros termos, em modelos de sociedades, em que o homem como pessoa, sujeito e senhor de suas opções, do seu destino e da sua história, contará sempre menos, reduzindo-se sempre mais a objeto, função e instrumento da "super-hegemonia" dos sistemas político e econômico?

E, em face dessa perspectiva, como pode discernir a consciência cristã, neste perturbador sinal dos tempos, o sentido, o caminho e as opções para a sua missão?...

Consciência cristã de dependência e consciência eclesial

A fé cristã que na pessoa humana sempre reconheceu e proclamou a "imagem e semelhança de Deus", o ser "pouco inferior

(5) Toynbee, A., "O futuro da Civilização", Zahar ed., trad. bras. Rio, 1974, pp. 119,ss.

aos anjos", o soberano senhor de toda a criação (6), forma certamente a consciência mais sensível e solidária ao homem, mais empenhada e potencialmente mobilizável na defesa da sua dignidade e mais comprometida na salvaguarda do seu destino. E isto precisamente por inspirar-se e basear-se no próprio fundamento constitutivo do ser e do sentido do homem; não, primariamente, na idéia ou conceito que ele faz de si mesmo, mas na própria concepção que Deus tem dele e segundo o qual o criou, elevou e o trata (7).

Mas, no plano de sua encarnação e expressão societária e universal, a consciência cristã forma-se e se manifesta a diversos níveis. Ao nível dos processos universais da sociedade e dos valores fundamentais do homem, a consciência cristã formula-se na catolicidade e se exprime pela Igreja-sociedade, forma de sua própria universalidade. A esse nível ela se faz ouvir pelo magistério dos Papas e dos concílios, sua expressão universal para todo o mundo e para todos os homens. E, a esse nível, deve-se reconhecer que a voz da consciência cristã, embora sujeita não raro às contradições humanas na tradução prática dos seus ditames, sempre se elevou no mundo contra todos os totalitarismos, contra todas as "super-hegemonias" desumanizantes, em defesa da dignidade, liberdade e grandeza do homem (8).

E não poderia ser de outra forma, enquanto ela é e deve representar no mundo a própria luz com que Deus ilumina a face do homem e lhe revela o sentido e a identidade.

Pois é interrogando-se à essa luz que a consciência cristã descobre o sentido profundo do homem, sua verdadeira identidade, sua dignidade que supera a de todas as outras criaturas.

Com efeito é em face de Deus que a consciência cristã descobre a grandeza do homem; "Que é o homem para dele vos lembrades? Ou que é filho do homem para que dele vos ocupeis?...

(6) Gen. 1,26; Sl. 8,6-7

(7) Sobre esse fundamento divino do sentido do homem, cfr. v. gr. Berdiaev, "Essai d'Autobiographie Spirituelle". Decepcionado pela negação do homem pelo marxismo, foi o encontro desse fundamento no cristianismo o motivo principal de sua conversão: "Je ne suis pas devenu chrétien parce que j'ai cessé de croire en l'homme, en sa dignité, en sa destination suprême, et en sa liberté créatrice, mais parce que j'ai cherché pour moi un fondement plus profond et plus solide" (op. cit., Buchet-Chastel ed., Paris, 1958, p. 233).

(8) A doutrina sobre a dignidade e os direitos fundamentais da pessoa humana forma a fundamentação de todas as encíclicas sociais. No Conc. Vat. II, cfr. GS., cap. I.: A dignidade da pessoa humana. Contra o fascismo: Non Abbiamo bisogno, AAS, 23 (1931), pp. 285-312; contra o nazismo: Mit brennender Sorge, AAS, 29 (1937), pp. 145-167; contra o comunismo: Divini Redemptoris, AAS, 29 (1937), pp. 65-106; Contra o liberalismo capitalista e contra o marxismo comunista: Octogesima Adveniens (OA), n° 26 e praes. n° 31 e 35 e ss.

— interroga-se o autor inspirado. E com ele e à luz da mesma inspiração, a consciência cristã reconhece e proclama: "Vós o fizestes pouco inferior aos anjos. Vós o coroaste de honra e de glória". (9). E a essa luz, "instruída pela revelação divina" (10), a Igreja, reconhecendo que "... é pelo esquecimento de Deus, que a própria criatura se torna obscura", desenvolve sua doutrina sobre a primazia e domínio do homem sobre todas as coisas: "Vós lhe deste o poder sobre as obras de vossas mãos, Vós lhe submeteste toda a criação" (11).

Pela sua espiritualidade o homem "sintetiza em si os elementos do mundo material, que nele atingem assim a sua plenitude" (12), e por isso "o homem em verdade não se engana quando se reconhece superior aos elementos materiais" (13).

Pela sua inteligência "é superior à universalidade das coisas" (14). Entretanto necessita de uma luz que transcenda seu intelecto para conhecer "o sentido de sua própria existência" (15).

Pela sua consciência, "núcleo secretíssimo e sacrário do homem", "lei inscrita por Deus em seu coração" ele e só ele neste mundo se afasta do "arbitrio cego" e pode buscar a solução justa dos problemas de sua vida individual e social" (16).

Pela sua liberdade, "sinal eminente da imagem de Deus no homem", ele e só ele é responsável em suas opções, pois "Deus quis deixar ao homem o poder de decidir" (17) e de "agir de acordo com uma opção consciente e livre, isto é movido por convicção pessoal e não por força de um impulso cego ou por mera coacção externa" (18).

Donde segue que o homem, a pessoa humana "é e deve ser o princípio, sujeito e fim de todas as instituições sociais" (19).

Mas o homem "dificilmente chega a este sentido de responsabilidade se as condições de vida não lhe permitirem tomar consciência de sua dignidade" (20). Pois a responsabilidade supõe a liberdade e a liberdade "estiola-se muitas vezes quando o homem

(9) Sl. cit; Ecl. 17,2ss.

(10) GS., nº 12

(11) text. cit.; GS., nº 36

(12) GS., nº 14

(13) GS., nº 14

(14) GS., nº 15

(15) GS., nº 41

(16) GS., nº 16

(17) GS., nº 17

(18) GS., nº 17

(19) GS., nº 23; OA., nº 14.

(20) GS., nº 31

cai na miséria extrema" (21) É necessário, portanto, que se tornem acessíveis ao homem "todas aquelas coisas que lhe são necessárias para levar uma vida verdadeiramente humana" (22).

Mas isto não será possível sem que se reconheça cada vez mais "a igualdade fundamental entre todos" (os homens), sem a superação de "uma ética meramente individualista" (23) e de "qualquer forma de discriminação nos direitos fundamentais da pessoa" (24).

E por isto a consciência cristã, exprimindo-se em sua suprema instância, condena tudo o que atentar contra a integridade da pessoa humana, "como as mutilações, as torturas físicas ou morais e as tentativas de dominação psicológica, tudo o que ofende a dignidade humana, como as condições infra-humanas de vida, os encarceramentos arbitrários, as deportações, a escravidão... e também as condições degradantes de trabalho que reduzem os operários a meros instrumentos de lucro, sem respeitar-lhes a personalidade livre e responsável..." (25). E concita os cristãos a "lutar denodamente contra qualquer espécie de servidão, tanto social quanto política", para que "se respeitem os direitos fundamentais do homem, sob qualquer regime político" (26).

Ao nível de sua expressão universal, que se formula e manifesta pelo magistério supremo da Igreja, portanto, a consciência cristã procura em primeiro lugar defender e salvaguardar o bem mais universal, o valor fundamental, isto é o homem, a pessoa humana, sua dignidade, liberdade e seu lugar e condição no mundo. Condição que só pode e deve ser sempre a de sujeito, soberano e fim de toda a ordem criada por Deus e de todas as ordens ou desordens suscitadas pelo homem. E a defesa desse bem mais universal e valor fundamental é válida e necessária em todas as condições particulares, em todas as sociedades, em todos os sistemas, pois neles é sempre e em primeiro lugar o ser humano que está em causa, o homem, a pessoa humana, seu sentido, dignidade e liberdade.

Essa expressão universal da consciência cristã, entretanto, ao mesmo tempo em que é exercício de sua missão para o mundo, é também apelo ao exercício de sua missão nas condições particulares das diversas partes do mundo. Como se manifesta e atua a um nível universal importa que se defina, manifeste e atue vigorosamente

(21) GS., nº 31

(22) GS., nº 26

(23) GS., nº 29

(24) GS., nº 30

(25) GS., nº 27

(26) GS., nº 29

te ao nível das condições particulares a aí exerça sua missão de libertar e salvar os homens das servidões concretas e circunstanciadas com que as "super-hegemonias" universais, incarnadas nas condições particulares de cada sociedade, o marginalizam, oprimem e negam.

Pois é principalmente a esse nível que elas revelam toda a sua virulência e manifestam sua verdadeira face. Aí aparece também o verdadeiro semblante da opressão e negação do homem, incarnadas em povos inteiros, vítimas dessas potestades totalitárias que dominam o mundo. Especialmente em nosso continente latino-americano, onde imensas massas da população sofrem-lhe as trágicas conseqüências, reduzidas a condições indignas de uma existência humana e atentórias ao próprio ser do homem.

Em nossos países, novos, opulentos de riquezas naturais e de todas as potencialidades, mas cultural e socialmente pouco evoluídos, com grandes massas de população inculta, afeita a um regime de subsistência, sem uma consciência desenvolvida dos seus direitos, sem espírito de associação e uma tradição de lutas por melhores condições de existência, as "super-hegemonias" do poder econômico e político encontraram campo livre, desimpedido, sem controle e sem resistências, para sua atuação desenfreada e sem limites.

Suas conseqüências são um continente de limitadas elites econômicas, geralmente apoiadas em regimes militares ou oligarquias, saídas de suas próprias fileiras, que se apropriam das riquezas das nações, do fruto do trabalho do povo, do exercício real dos direitos, vivendo numa opulência perdulária e sem limites, dispondo de todos os meios de conforto, promoção e decisão, da própria força do Estado, para imporem seus interesses a nações inteiras, enquanto imensas massas populares são mantidas na miséria e desamparo, sem terra, sem alimentação adequada e suficiente, sem instrução, sujeitas a toda sorte de opressões e arbitrariedades, condenadas a uma existência marginalizada, só feita de trabalho, de privações e de sofrimento. Ou, como constata o próprio Concílio: "Enquanto uma enorme multidão tem falta ainda das coisas absolutamente necessárias, alguns, mesmo em regiões desenvolvidas, vivem na opulência e desperdiçam os bens. O luxo e a miséria existem lado a lado. Enquanto poucos gozam do máximo poder de deliberação, muitos carecem de quase toda a possibilidade de iniciativa pessoal e de responsabilidade de ação, encontrando-se mesmo a pessoa humana em condições indignas de vida e de trabalho". (27).

E, mais ainda, referindo-se aos trabalhadores do campo, condição de vida da maior parte das populações latino-americanas: "... recebem não raro um salário ou produção indignos do homem, são privados de habitação decente, e são explorados por intermediários. Sem segurança alguma, vivem debaixo de tal servidão pessoal, que lhes é subtraída quase toda a possibilidade de iniciativa e de responsabilidade, sendo-lhes vedada qualquer promoção cultural e participação na vida social e política" (28).

E essa situação abnorme e injusta se estende a quase todos os países latino-americanos e se agrava ainda mais, quando dominados por regimes totalitários. Esses, insensíveis à miséria e ao sofrimento dos seus próprios concidadãos, erigem-se não raro em únicos intérpretes dos anseios nacionais, e dominados por psicoses agudas de "poder nacional" ou por megalomanias delirantes de grandeza da pátria, apostam-se a fazê-la figurar à força no concerto das nações como "grande potência" (como se a grandeza de uma nação fosse compatível com a miséria do povo?...). Destarte estabelecem eles mesmos os "objetivos nacionais" a serem colimados, independentemente do povo e não raro contra o povo e para logrâ-los lançam mão dos meios mais iníquos e injustos. Mantém o povo na ignorância e na inconsciência pelo policiamento das idéias, manipulam-no com as falácias de uma publicidade ardilosa e destorcida, modificam as leis, os direitos e a própria "carta magna" da nação a seu talante e proveito, apontam os que se insurgem contra tais arbitrariedades como "comunistas", subversivos, inimigos da nação, perseguem-nos com detenções arbitrárias, cassações, privação dos direitos e garantias fundamentais da pessoa, submissão a tribunais de exceção, prisões, ameaças, torturas, a própria eliminação física.

Para a consciência cristã uma situação dessa natureza, que sob um ou outro aspecto impera em grande parte da América Latina, é uma realidade que a interpela e dilacera profundamente.

O cristão, que confronta essa iniquidade institucionalizada com os ditames de sua consciência, não pode ficar indiferente. A violência da realidade torna-se violência à própria racionalidade e consciência do ser cristão.

De uma parte fala a consciência, doutra e com voz ainda mais forte a realidade. A consciência lhe diz:

--- que o homem, "imagem e semelhança de Deus", "filho de Deus", seu "irmão em Jesus Cristo", "é e deve ser o princípio, sujeito e fim de todas as instituições" (29). E a realidade lhe apresenta: o homem,

(28) GS., nº 71

(29) text. cit.

seu irmão, reduzido à servidão, objeto, função, instrumento do lucro e do poder...

--- que "a finalidade fundamental da produção não é o mero aumento dos produtos, nem o lucro ou a dominação, mas o serviço do homem", e, que "o progresso econômico deve permanecer sob a deliberação do homem. Não pode ser abandonado ao só arbítrio de poucas pessoas, nem só da comunidade política, nem de algumas nações mais ricas" (30). E a realidade: a vida econômica determinada unicamente pela lei férrea do lucro..., dominada por grupos quase onipotentes, em seu exclusivo benefício...; ou pelo Estado, para reforçar seu poder..., ou pelas nações mais ricas e poderosas, às custas das menos desenvolvidas e mais pobres...

--- que "a comunidade política existe por causa do bem comum "e que" a defesa dos direitos da pessoa é condição necessária a fim de que os cidadãos, seja em particular ou associados, possam participar ativamente na vida e no governo do país" (31). E a realidade: comunidade política inexistente...; o bem comum substituído pelo bem sem limites de alguns poucos privilegiados e sem escrúpulos...; os direitos humanos conculcados...; associações vetadas ou desnaturalizadas dos seus fins...; participação impedida...; governo sem o povo e não raro contra o povo...

--- que "Deus destinou a terra, com tudo que ela contém, para o uso de todos os homens e povos, de tal como que os bens criados devem bastar a todos, com equidade, sob as regras da justiça, inseparável da caridade" (32). E a realidade: as multidões sem terra, que seria seu único meio de trabalho e de sustento...; despojados muitos que as tinham por latifundiários ávidos, até pela força...; áreas imensas, inteiras regiões, cedidas a poderosos grupos estrangeiros e negadas aos pobres da própria pátria...; em países de terras quase ilimitadas, um povo sem terra...

--- que "o trabalho deve ser remunerado de tal modo que se ofereça ao homem a possibilidade de manter dignamente a sua vida e dos seus, sob o aspecto material, social, cultural e espiritual (33), e nele o trabalhador "não seja tratado como mero instrumento da produção mas como pessoa (34), "seja promovida a participação ativa de todos na gestão da empresa" (35), ou, a participação nas deliberações da mesma "por si mesmos ou por meio de representantes

(30) GS., n^{os} 64,65

(31) GS., n^o 74,73

(32) GS., n^o 69

(33) GS., n^o 67

(34) GS., n^o 66

(35) GS., n^o 68

livremente eleitos" (36). E, a realidade: o fruto do trabalho do povo apropriado em quase sua totalidade pelo poder econômico e do Estado...; salários, apenas suficientes para manter vivo e atuante o homem, como força de trabalho e instrumento de produção...; os operários, excluídos de qualquer participação nas empresas, que fazem produzir riquezas para os outros, às custas da própria miséria...

--- que "a propriedade particular ou algum domínio sobre os bens exteriores conferem a cada um a extensão absolutamente necessária à autonomia pessoal e familiar e devem ser considerados como um prolongamento da liberdade humana... uma das condições da liberdade civil" (37). E a realidade: a maior parte da população, sem nenhum bem estável que seja garantia de sua autonomia pessoal..., famílias camponesas, às milhares, despojadas de suas terras, que trabalharam não raro durante gerações, compelidas a amontoarem-se nos depósitos humanos da marginalização, as favelas ou "villas misérias", dos morros, dos banhados, ou ao longo das estradas, últimas franjas de terra de todos porque ninguém as quer...

--- que "toda a pessoa, para que cumpra com mais solicitude seu dever de consciência... deve ser educada com diligência para uma cultura mais vasta do espírito, valendo-se dos recursos que hoje estão ao alcance do gênero humano" (38). E a realidade: as multidões mantidas no analfabetismo, na ignorância, na inconsciência...

-- que todos se esforcem "por servir à dignidade e ao fim do homem... e lutem denodamente contra qualquer espécie de servidão, tanto social quanto política, e respeitem os direitos fundamentais do homem sob qualquer regime político" (39). E a realidade: a opressão...

--- que deve ser condenado tudo o que viola a integridade da pessoa humana como "as torturas físicas ou morais e as tentativas de dominação psicológica; tudo o que ofende a dignidade humana, como as condições infra-humanas de vida, os encarceramentos arbitrários... as condições degradantes de trabalho", tomando Cristo tudo isto como infligido a si mesmo: "todas as vezes que fizestes isto a um destes meus irmãos, mais pequeninos, a mim o fizestes" (40). E a realidade:... e tudo isto!

(36) GS., nº 68

(37) GS., nº 71

(38) GS., nº 31

(39) GS., nº 29

(40) Mt. 25,40; GS., nº 45

Nesse confronto a consciência cristã não só constata que todo o sistema econômico se tornou despótico e opressor do homem, "toda a economia se tornou horrendamente dura, cruel e atroz" (41) e, uma violência organizada em luta por domínio – "primeiro luta-se por alcançar o predomínio econômico, depois combate-se renhidamente por obter o predomínio no governo e da nação, a fim de poder abusar do seu nome, forças e autoridade nas lutas econômicas, enfim lutam os estados entre si" (42) – mas também que a realidade concreta da maior parte dos países latino-americanos é uma realidade institucionalizada de pecado, "uma situação de pecado" (43). E isto num continente que se diz cristão, no continente cristão e católico, por excelência! E esse confronto provoca uma inconformidade dilacerante que, em face de um mundo que se diz de fé, mas sem justiça, questiona a própria encarnação da consciência cristã, questiona a própria fé.

A enormidade do mal é tão revoltante, a urgência de profundas transformações, tão premente e o senso de impotência para atuar eficazmente, tão vivo, que a tentação de soluções desesperadas pode afigurar-se quase como um dever. Para a consciência cristã na América Latina essa pode ser a sua hora mais crucial.

Consciência eclesial e discernimento

Ora os momentos cruciais da vida, as horas mais decisivas e de maior responsabilidade histórica, é e devem ser, em primeiro lugar, horas de profundo discernimento.

De um discernimento sério e profundo que faça ver objetivamente a realidade, que a ilumine à luz da fé, faça transparecer seu verdadeiro sentido à luz do desígnio de Deus e induza opções verdadeiramente válidas e eficazes. Discernimento profundamente radicado no evangelho, fonte de energias, de inspiração, de princípios e critérios valorativos para a ação. E discernimento, na fidelidade e na unidade.

Na fidelidade, pois é fundamental para a consciência cristã que, nesse momento crucial, se mantenha fiel a si mesma. Na unidade, pois só em conjunto, poderá exercer uma ação eficaz. Sem a unidade, a consciência cristã corre o risco de perder-se em reducionismos maniqueístas ou integrismos ideológicos, polêmicos, estéreis e vazios de qualquer fecundidade apostólica transformadora (44).

(41) *Quadragesimo Anno* (QA.), nº 109

(42) QA. nº 106-107

(43) Gutierrez, G., "Teologia da Libertação", Vozes, Petrópolis, 1975, p. 199, ss.

(44) Cfr. Bigo, P., "Los integrismos", *Tierra Nueva*, 21 (1977), VI, pp. 5-10

É esse o caminho apontado pela consciência cristã, na catolicidade de sua expressão na Igreja, pela voz do seu magistério universal: "É às comunidades cristãs que cabe analisarem, com objetividade, a situação própria do seu país e procurarem iluminá-lo, com a luz das palavras inalteráveis do Evangelho. A elas cumpre o haurirem princípios de reflexão, normas para julgar e diretrizes para a ação, na doutrina social da Igreja... A essas comunidades cristãs incumbe discernirem, com a ajuda do Espírito Santo, em comunhão com os bispos responsáveis e em diálogo com os outros irmãos e com todos os homens de boa vontade, as opções e os compromissos que convém tomar, para se operarem as transformações sociais, políticas e econômicas que se apresentarem como necessárias, com urgência, em não poucos casos" (45).

É esta, aliás, a inspiração fundamental de uma nova inteligência da fé, que se intenta na América Latina, quando em sua forma mais autêntica procura repensar-se, re-elaborar-se e exprimir-se na experiência de uma fé vivida, comprometida e atuante na transformação da realidade social e pela reflexão que integre experiência transformadora da realidade e transformante do próprio cristão, pela síntese de uma práxis libertadora (46). Com a condição de realizar-se na fidelidade e na unidade, esse intento bem pode ser um caminho válido para a consciência cristã e sua missão (47).

E foi esta também a intuição original da ação pastoral da Igreja no Brasil, ao intentar uma nova forma de realizar-se a si mesma, como igreja-comunidade. Brotada da experiência viva da fé nas bases populares e das exigências para a ação eclesial manifestadas por essa experiência, as "comunidades eclesiais de base", antes de refletirem numa teorização doutrinal, formaram no Brasil uma realidade e uma necessidade de ação programada em uma nova concepção e intencionalidade (48).

(45) Octogesima Adveniens (OA.), nº 4

(46) Refiro-me à Teologia da Libertação, em sua inspiração original, já claramente formulada pelo seu verdadeiro precursor: "Entendemos aqui por teologia a reflexão sobre a nossa história à luz de uma experiência histórica especial (na qual acreditamos que Deus se revela) e a reflexão sobre a natureza e finalidade da vida humana (individual e coletiva) à luz da vida de um homem, Jesus de Nazaré, e da comunidade que toma forma em redor dele, através da história". Shaull, R. ("As transformações profundas à luz de uma Teologia evangélica", trad. bras., Vozes, Petrópolis, s/d., p. 47; do mesmo autor cfr. também: "La liberación humana en una perspectiva teológica", *Mensaje*, 17 (1968), pp. 175-179, "Point de vue théologique sur la révolution", in "L'éthique sociale chrétienne dans un monde en transformation", Paris, 1965.

(47) "Evangelii Nuntiandi" (EN.), nº 30-39

(48) A inspiração se manifesta já no "Plano de Emergência" de 1962 (Plano de Emergência - 2.1: "Renovação Paroquial", ed. D. Bosco, Rio, 1962, pp. 18ss.), e se explicita no "Plano de Pastoral de Conjunto", ed. D. Bosco, Rio, 1966, pp. 26,ss.: cfr. também Caramuru de Barros, Pe. R., "Brasil uma Igreja em Renovação", Vozes, Petrópolis, 19-67 e "Comunidade Eclesial de Base: uma opção pastoral decisiva", Vozes, Petrópolis, 1967.

Ambos os roteiros, entretanto, prospectam uma caminhada longa e lacerante, a ser feita dolorosamente envolta na obscuridade da fé, guiada pela claridade sempre distante de sua luz e, sobretudo, apoiada inabalavelmente na sua indefectível promessa (49). Como o povo de Israel, na caminhada de sua libertação, as comunidades cristãs e seus pastores, embora iluminados pela "nuvem de fogo" de sua fé e firmemente apoiados na certeza da promessa, não poderão eximir-se de atravessar o deserto, ermo de mistérios, de luzes e sombras, lugar das grandes revelações, mas também de duras provações, de purificação e conversão, mas também das grandes tentações.

A teologia da libertação, embora reconfortada pela receptividade contagiosa e não raro acrítica (50) com que foi acolhida (o que já não deixa de representar um risco de ilusão), não está indene da tentação de desesperar da lentidão do seu "êxodo" na fé, da ineficácia da Igreja e de transferir uma fé vacilante no deserto de soluções eficazes à força revolucionária de ideologias, que aparentam eficiência imediata de transformações rápidas e radicais, à custo embora de novas servidões (51).

A realização da igreja-comunidade, por sua vez, embora confirmada pela voz do magistério supremo da Igreja (52) e pelo êxito de sua rápida difusão (53), não pode ceder à tentação de absolutizar-se como única forma de realização eclesial, de dissociar-se da Igreja-sociedade. A sua comunhão com a Igreja universal, com todo o corpo místico, e ao mesmo tempo visível de Cristo, do qual deve ser célula de mais intensa vitalidade, é condição e limite de sua própria autenticidade e real eficácia transformadora (54).

Entretanto, a realização comunitária, em igreja-comunidade, não pode deixar de ser uma interpelação extremamente indicativa para a consciência cristã em busca de sua missão concreta de transformar uma sociedade, como a latino-americana, que, dizendo-se cristã, deveria incarnar o desígnio de Deus de formar "já na história do gênero humano a família de Deus" (55) e que, no

(49) Hebr. 11, 1

(50) Cfr. Veckemans, R., "Panorama actual de la Teología de la Liberación en América Latina - Evaluación Crítica", Tierra Nueva, 7 (1976), pp. 5-32, spec. p. 8

(51) Cfr. Malley, Fr., "Chrétiens marxistes en A. L.", *Lumière et Vie*, avril-août (1974), p. 208.

Cfr. et. "Deutsches Komitee zur Unterstützung des Bertrand Russell Tribunal II, "Gespräch mit Ernesto Cardenal" (separata).

(52) "Evangelii Nuntiandi" (EN.), n° 58

(53) Segundo o sociólogo Pedro Ribeiro de Oliveira, do CERIS, as CEB, já somariam entre 40 a 50 mil no Brasil; cfr. cit. e, "O Grande Sinal", 5 (1977), p. 373.

(54) EN., n° cit.

(55) GS., n° 40

entanto, incarna a mais viva negação desse desígnio: um mundo de opressão e de injustiça.

Se a Igreja nos países latino-americanos se incarnou ao nível de uma fé parcial e imcompleta, pela falta de adesão às exigências da justiça e de caridade, não seria isto em grande parte fruto de uma concepção universal exclusiva, na qual a Igreja intentou realizar-se? Não estaria aí, na intencionalidade de sua realização a causa de um cristianismo unidimensional, que ao mesmo tempo em que se afirma nega-se a si mesmo, por falta de dimensão integrante da fé que é a justiça? E não estaria na própria práxis de realização eclesial, o princípio de recuperação de uma nova face da Igreja, formada de autênticas comunidades eclesiais, verdadeiras comunidades de homens, libertos das servidões de todos os totalitarismos anti-humanos e anti-cristãos, unidos na profissão da fé e na celebração da eucaristia, mas igualmente na prática da justiça e da caridade?

Missão eclesial e missão comunitária

Porque, enfim, quando a consciência cristã se interpela à luz da fé e se confronta com uma realidade ao mesmo tempo cristã, pela fé professada e anti-cristã, pela fé vivida, é a própria encarnação da fé, e a própria realização histórica assumida pela Igreja no continente, que são questionadas.

A realização histórica da Igreja que, embora não se "identifique" com a sociedade, deve todavia "compenetrá-la" e ser-lhe "fermento", deve formar uma nova união de homens, tão original, tão diferente das outras formas de realização social, a ponto de ser concebida como um novo ser humano, um novo organismo, ao mesmo tempo múltiplo e uno (56). Um novo organismo, composto de muitas pessoas, mas tão unidas entre si e com Deus, que é comparado a um templo, constituído de muitas pedras, formando um único edifício (57); à união dos sarmentos ligados vitalmente em uma única vide (58); a um corpo humano, formado de muitos membros, mas vinculados entre si num só corpo, o corpo místico de Cristo, no qual Ele mesmo é cabeça e, alma, o Espírito Santo (59). Templo, vinha, corpo, cuja transignificação essencial é a da união, da interrelação, da complementaridade, harmonia, recíproco apoio, mútuo serviço, fraternidade, amor. E corpo, informado pela lei nova de Cristo, o mandamento da caridade (60), pelo sopro do seu Espírito, que é vida e união (61), pela celebração da eucaristia que,

(56) Ef. 2,14-16; "Mystici Corporis", AAS. (Sr. II. v. X), nº 7 (1943), p. 207.

(57) 1 Tim. 3,13; 1 Cor. 3,9; 1 Pd. 2,5; Ef. 2,21

(58) Mt. 21,33ss; Jo 15,1-8

(59) 1 Cor. 12,12-27

(60) Jo 13,34 ss.

(61) AAS., nº cit. p. 219

unindo todos os membros a Cristo os une entre si, como o pão, formado de muitos grãos, recolhidos de diversas partes, ajuntados, moídos, reduzidos a uma nova substância e unidade (62).

Todos esses vínculos de união da nova realidade, do novo corpo social, que é a Igreja, haveriam de ser apenas palavras, idealizações vazias ou então deverão ser tomados a sério, na realização concreta, terrena, histórica da Igreja?

E, se nos países latino-americanos, a Igreja se tivesse incarnado historicamente, segundo ao menos um mínimo dessas exigências, seria concebível redundasse num continente formalmente cristão e ao mesmo tempo num mundo de injustiças que bradam aos céus?

Não seria a Igreja em nosso continente uma constelação de comunidades, muito mais reduzida em número talvez, muito menos imponente em sua estrutura externa, mas muito mais distinta da sociedade global, injusta e anti-cristã, que pretende com ela identificar-se; um fermento muito mais real e eficaz, um testemunho muito mais vivo da presença do Senhor e do seu corpo místico, mas real, incarnado efetivamente entre os homens, como "sacramento, sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano"?...

Realizando-se nessa concepção não seria a Igreja uma realidade muito mais autêntica e coerente com o mandato do Senhor e com a realização original das primitivas comunidades cristãs, muito mais "fermento" e germen eficaz de uma nova sociedade, regida pela justiça e caridade e verdadeiro testemunho para os não cristãos? (63).

São interrogações todas essas que a consciência cristã, cônica de sua missão apostólica, não pode deixar de fazer-se a si mesma e à sua responsabilidade de formadora da Igreja. E tanto mais o fará se tiver a vivência e experiência da profunda diferença que medeia entre a realização genérica e formal da vida cristã numa sociedade e sua realização vital em comunidade, em comunhão.

Mesmo sem considerar a sociedade, como "resultado do esfacelamento da comunidade" (64) e colocando-a ao contrário à base da formação da mesma, é certo todavia que a sociedade, por sua natureza, constitui a vinculação externa e estrutural do corpo social e não a vida e a união interna dos seus membros. Mesmo como prolongamento e extensão da existência de pessoas concretas e únicas, a sociedade traduz a coexistência, nos aspectos mais

(62) Didaché IX, 4

(63) At. 2,41 ss.

(64) Scheller, M., "Vom Umsturz der Werte", ted. ital. "Crisi di Valori", 2ª ed., Milano, 1943, p. 208.

externos de suas atividades, formas organizadas de vida e de ação e não a unicidade, a interioridade da pessoa, suas relações primárias e seu mundo de valores. A sociedade é referência global ao todo e como tal situa-se no plano das exigências gerais e universais, postuladas pela agregação de todos os componentes sociais, pessoais e impessoais. A sociedade, destarte, é primacialmente expressão da coletividade. E a coletividade é agregação de indivíduos, não união de pessoas; agregação na qual os homens podem continuar estranhos uns aos outros (65).

E, como tal, a sociedade supõe necessariamente a comunidade, como anterioridade e condição de sua própria existência, como o lugar do homem como pessoa, isto é do homem todo, em sua totalidade humana, moral e espiritual.

A sociedade, justamente por referir-se ao todo, às suas interações globais, não atinge a convivência pessoal, a continuidade espiritual do homem, seu mundo de valores mais profundos. E se os atinge é em sentido negativo, porque ultrapassou seus limites, impondo-se como um absoluto do homem, que por sua natureza não é. E então torna-se totalitária e desumanizante, como os falsos absolutos, as hegemonias totalitárias do mundo moderno, os sistemas econômicos e políticos totalitários que o comprimem e negam.

A comunidade, ao invés, é o quadro de existência conatural e próprio das pessoas, e das pessoas em sua convivência. É o lugar em que a pessoa se comunica e entra em comunhão com os outros, como um "eu" e um "tu", em um "nós", no qual o homem vive mais do que no próprio eu (66). Por isso é o seu lugar, o lugar de suas vivências, perfeição e comunicação dos próprios valores.

Por isso também a comunidade é, por sua natureza, o lugar próprio e conatural da vivência e da comunicação dos valores cristãos mais profundos, da justiça, da caridade, da celebração da fé, da partilha e da comunhão, expansão dos valores humanos elevados pela graça que se re-expandem nas pessoas, informando a sua convivência. A comunidade é destarte o lugar primordial da realização das pessoas, como pessoas e conseqüentemente, dos cristãos, como cristãos.

Ora a Igreja, que se reconhece como lugar querido por Deus para seus filhos, lugar de vivência da fé e da caridade, na comunhão de uma fraternidade radicada na filiação a um mesmo e único Pai e de uma unidade formada pela incorporação a um mesmo e único

(65) Berdiaev, N., "L'homme dans la Civilization technique", Paris, 1933, p. 73, cfr. et. "Cinq méditations sur L'existence", Paris, 1936, p. 203 ss.

(66) Scheller, M., "Wesen und Formen der Sympathie", trad. franc., Paris, 1928, pp. 359-60; cfr. et. Gurvitch, G. "La vocation actuelle de la sociologie", Paris, 1950, p. 40.

organismo espiritual, o corpo místico de Cristo, parece pela sua própria natureza dimensionada e conaturalizada à comunidade. E, sendo a comunidade o lugar natural de vida e de encontro das pessoas, enquanto pessoas, lugar de vivência dos seus valores mais profundos, na interrelação e intercomunicação de sua conatural socialidade, na comunhão e doação recíproca de si mesmas, ela parece por sua vez dimensionada e conaturalizada à Igreja.

Certamente essa íntima correlação não é alheia ao fato de a Igreja ter-se realizado em suas primeiras encarnações históricas, em comunidade, em igrejas-comunidades (67). E certamente isto não é também alheio ao fato de que sempre, em suas realizações mais vitais e profundas, ela continue a realizar-se em comunidade.

Propagando-se e difundindo-se a todo o mundo, conforme a promessa do seu divino Fundador (68), com as dimensões amplas e universais que adquiriu, assumiu também a forma e o estatuto necessários de sociedade. E como tal institucionalizou-se com suas leis universais, sua estrutura jerárquica, seu chefe visível, representante do seu chefe invisível e por Ele constituído (69). E tudo isto corresponde à sua realidade universal, às exigências de sua catolicidade, à providência e determinação divinas do seu Fundador.

Mas pode-se perguntar: à medida em que a Igreja se universalizou, institucionalizou-se em sociedade e assumiu esse modelo que aperfeiçou constantemente, não teria esse modelo se tornado tão forte a ponto de impor-se como modelo único e esvaziar de certa forma o modelo-base, matriz e gerador da igreja-grande-instituição, a igreja-comunidade?

A interrogação parece-nos, salvo melhor aviso, legítima e rica de inferências para o problema que vimos tematizando e para a própria ação pastoral da Igreja.

Certo é entretanto que a tendência e tensão de realizar-se na sua forma mais intensa e vivencial, em comunidade, sempre continuou presente e sob certos aspectos realizando-se na Igreja.

Sempre floresceram autênticas comunidades que, à profissão da fé, à oração e à prática dos sacramentos, uniram de forma não menos intensa a da justiça e da caridade. A celebração da eucaristia, momento de máxima atuação da unidade e ato culminan-

(67) At. 2,41-47; 4,32-37

(68) Mt. 13,31

(69) Jo. 1,42; Mt. 16,18; "Mystici Corporis" Est enim Petrus, vi primatus, nonnisi Christi vicarius, atque adeo unum tantum primarium habetur huius Corporis Caput, nempe Christus: qui quidem arcana ratione Ecclesiam per sese gubernare non desinens, adspectabili tamen modo per eum, qui suam in terris personam gerit, eandem regit Societatem" (AAS., nº cit. p. 211).

te de realização da Igreja, sempre foi concebida em termos de comunidade (e dificilmente o poderia ser em termos "sociedade" encarástica). Em particular as comunidades religiosas constituíram sempre um sinal e apelo exemplarizante dessa dimensão comunitária da Igreja.

Todas essas formas parciais ou esporádicas de realização eclesial comunitária, deixam entretanto aberto o questionamento fundamental: para realizar-se efetiva e integralmente, não deveria a Igreja, sempre e em toda parte, realizar-se como comunidade? Como comunidade, com a qual a falta de justiça e de caridade são incompatíveis, e na qual a prática e vivência comunitária das mesmas não podem ser algo de suplementar, mas parte integrante e constitutiva do próprio ser comunitário, do próprio ser igreja?

E se a realização da Igreja houvesse sido sempre concebida como realização da comunidade cristã e como tal se houvesse auto-limitada pelas exigências da justiça e da caridade, não admitindo e banindo do seu selo qualquer forma de opressão, de exploração e negação do homem, seria concebível hoje uma sociedade e até um inteiro continente que se crê e se diz cristão, negando-se ao mesmo tempo como tal, pela negação do homem, da justiça, da fraternidade e do amor?

E não seria esse o caminho a seguir para que a Igreja, não só pela palavra divina, de que é portadora, mas principalmente pela realidade da sua própria realização no mundo, fosse o lugar libertador de todos os oprimidos e injustiçados, onde os filhos de Deus pudessem viver sua verdadeira condição humana, de pessoas, homens livres e responsáveis, sujeitos e fins de suas obras, unidos na fraternidade de irmãos em Jesus Cristo, como membros da "nova família humana", "esboço do século futuro", e da "nova comunidade, em seu Corpo, que é a Igreja" (70)?

Se terminamos essa nossa já longa reflexão com essas interrogações é porque elas, a nosso ver, são mais fecundas do que uma eventual e única resposta. E, também porque, à luz das mesmas, as comunidades de base que se multiplicam em nossa pátria, possam talvez, em face às negações do homem e de Deus em nossa sociedade, ser uma luz para a consciência cristã que se interpela e interroga o sentido de sua missão.

(70) GS., nº 39,32